

ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.

Termo de Referência 74/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG 74/2026
UASG 121101-ESP-FUND. PE. ANCHI - CTO.PTA.RADIO TV.EDUC.
Editado por JOSE MARIA MARTINS
Atualizado em 31/03/2026 14:42 (v 0.12)
Status
DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SC 070004

1. Definição do objeto

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Trata-se da aquisição relacionado equipamento para otimizar e atualizar a estrutura de distribuição do sinal relacionando ao projeto da transmissão.

Item	01
Produto	Enlace split mount FibeAir IP-50GP com RFU-D-7G 500 Mbps
Quantidade	01 - Enlace + 01 Serviço de viabilidade
Equipamento sugerido	Ceragon FiberAir IP-50P + 1 Serviço de viabilidade técnica.
Descrição	<p><u>Características Básicas:</u></p> <p><u>SISTEMA RADIO ENLACE IP 1+0 FAIXA 7.5GHz</u></p> <p>O Enlace de Rádio IP é utilizado em redes de link ponto-a-ponto.</p> <p>Deve oferecer capacidade alta em qualquer banda licenciada (7-8 GHz). O enlace Rádio IP deve ser compacto e resistente à ambientes externos, bem como a modulação adaptativa QPSK a 2048 QAM e um conjunto de recursos avançados que incluem um mecanismo de serviços Ethernet sofisticado, técnicas de tratamento de erros por dados duplicados, corte de quadro, fornecendo uma solução eficiente para uma ampla variedade de cenários de implantação de baixo custo.</p> <p>Incluindo sistema bidirecional, agregação de células pequenas, o sistema de Enlace Rádio IP deve ser de fácil e rápida implantação em comparação com a fibra.</p> <p>Deve oferecer uma ampla variedade de soluções bidirecionais que podem ser usadas separadamente ou combinadas para formar redes integradas ou segmentos de rede.</p>

O sistema enlace IP deve ser escalável através de licenças, adicionando capacidade e funcionalidade ao longo tempo para atender às necessidades de crescimento da rede sem exigir hardware.

Estudo técnico de viabilidade do link e suas frequências com apresentação de laudo.

Especificações Técnicas:

Características Gerais	<ul style="list-style-type: none">• Faixa de operação 7.5GHz• Instalação e operação simples• Mínimo de 200 Mbps Até 500Mbps de capacidade• Canais de 3.5 até 56MHz• Alimentação por PoE• Portas monitoráveis
Rádio	<ul style="list-style-type: none">• Faixa de frequência• Faixa de operação 7.5 GHz• Configurações de rádio• 1 + 0, 1 + 1, 2 + 0 SP ou DP (Sem XPIC)• Proteção: 1 + 1 HSB e 2+2• Controle de largura de banda adaptável de múltiplas operadoras (até 2 + 0)• Alta utilização espectral: QPSK a 2048 QAM c / ACMXPIC• 2 x Interfaces de rádio SFP+• 2 x Interfaces de rádio ou Ethernet de uso duplo SFP+ (1/10G) RFUs compatíveis RFU-D, RFU-D-HP, RFU-SX, unidades totalmente externas (AODUs).• Controle adaptativo de largura de banda multicarrier com RFU-D/RFU-D-HP.• Diversidade espacial com RFU-D/RFU-D-HP:• Até 4+0 SD• Até 2 x (2+0) SD• HSB-SD 1+1 e 2+2• Opção XPIC em todas as configurações
Ethernet	<ul style="list-style-type: none">• Interfaces Ethernet• 6 x SFP+ (1/10G)• 2 x SFP28 (1/10/25G)• 2 x SFP+ de uso duplo para rádio ou interfaces Ethernet (1/10G)• 1 x Interface RJ-45 de gerenciamento/proteção (100M)• Recursos Ethernet• MTU – 9612 bytes• Adição/remoção de VLAN• MSTP, ERP (ITU-T G.8032)• Y.1731 Ethernet OAM• Y.1731 Ethernet Bandwidth Notification (ETH-BN)• Rede• Capacidade de rede: 193 Gbps• Classificação de QoS baseada em TOS/DSCP, ID de VLAN, bits P de VLAN, endereços MAC DA e SA, endereços IP SA e DA (IPv4 e IPv6)• Suporte a LAG com BFD em interfaces LAG de acordo com RFC7130
Recurso Ethernet	<ul style="list-style-type: none">• MTU - 9600 bytes• Qualidade de serviço• Vários critérios de classificação (VLAN ID, P-bits, IPv4 DSCP, IPv6 TC, MPLS EXP)• 8 filas prioritárias por porta

		<ul style="list-style-type: none"> • Deep buffering (configurável até 64 Mbit por fila) • WRED • P-bit marcação / remarcação • VLANs de 4K • Adicionar / remover / traduzir VLAN • Frame Cut Through - latência controlada e PDV para atraso aplicativos sensíveis • Técnicas de tratamento de erros por dados duplicados - Aumento de capacidade eliminando ineficiência em todas as camadas (L2, MPLS, L3, L4, Tunelamento - GTP para LTE, GRE) • Y. 1731 Ethernet OAM • Notificação de largura de banda adaptável ABN, também conhecida como EOAM)
	Sincronização	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de Sincronização • Distribuição de sincronização em qualquer interface de tráfego(GE / FE) • SyncE (ITU-T G.8261, G.8262) • Suporte SSM / ESMC para aplicativos de anel / malha (ITU-T G.8264) • Modo SyncE Regenerator, fornecendo grau PRC (ITU-T G.811) desempenho para aplicações de tubos inteligentes. • IEEE-1588 • Transporte otimizado para PDV reduzido • IEEE-1588 TC
	Padrões	<ul style="list-style-type: none"> • MEF • Carrier Ethernet 2.0 (CE 2.0) • Padrões Ethernet Suportados • 10/100 / 1000base-T / X (IEEE 802.3) • VLANs Ethernet (IEEE 802.3ac) • LAN Virtual (VLAN, IEEE 802.1Q) • Classe de serviço (IEEE 802.1p) • Pontes de provedor (QinQ - IEEE 802.1ad) • Agregação de link (IEEE 802.3ad) • MDI / MDIX automático para 1000baseT • RFC 1349: IPv4 TOS • RFC 2474: IPv4 DSCP • RFC 2460: Classes de tráfego IPv6 • Padrões E1 Suportados • ITU-T G.703, G.736, G.775, G.823, G.824, G.828, ITU-T G.432, ETSI ETS 300 147, ETS 300 417 • Padrões TDM Pseudowire • SAToP - RFC 4553 • Segurança • Criptografia de rádio - AES 256 • Protocolos protegidos: • HTTPS • SNMPv3 • SSH • SFTP • Autenticação e autorização RADIUS • Autenticação, autorização e contabilidade TACACS (baseado em sessão)
	Conformidade com as normas.	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência espectral de rádio: EN 302 217-2-2EMC: EN 301 489-1, EN 301 489-4, Classe B (Europa), FCC 47CFR, parte 15, classe B (EUA), ICES-003, Classe B (Canadá), TEC / EMI / TEL-001/01, Classe B (Índia) • Surge: EN61000-4-5, Classe 4 (para portas PWR e ETH1 / PoE) • Segurança: EN 60950-1, IEC 60950-1, UL 60950-1, CSA-C22.2.No.60950-1, EN 60950-22, UL 60950-22, CSA C22.2.60950-22 • Armazenamento: ETSI EN 300 019-1-1 Classe 1.2 • Transporte: ETSI EN 300 019-1-2 Classe 2
	Especificações técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • Especificações de entrada de energia

		<ul style="list-style-type: none"> • Entrada padrão IDU: -48 VCC • Faixa de entrada IDU DC: -40 a -60 VDC • Suporte para alimentação dupla • Especificações de consumo de energia • IDU (somente Ethernet com RFU único): 23,5W • Adição para o segundo RFU: 2,9W • Adição para 16 E1s: 11W • RFU-C - 6-26 GHz (1 + 0/1 + 1): 22W / 39W; 28-42 GHz(1 + 0/1 + 1): 26W / 43W • RFU-HP (6-8 GHz) - Polarização máxima: 73 W; Polarização média: 48W; Polarização mínima:34W; Mudo: 18W • RFU-HP (11 GHz) - Polarização máxima: 74 W; Polarização média: 64W; Mudo: 21W • 1500HP - polarização máxima: 85W; Polarização média: 72W; Mudo: 29W • Resfriamento com sistema sem ventiladores/Fans/ventoinhas, somente com dissipador de calor.
	Protocolo de Gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • SNMP • Descansar • Suporte SDN: • NETCONF/YANG
	Composição de Materiais do Site A	<p>MATERIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 ANTENA 60CM DE ALTA PERFORMANCE • 02 UNIDADES RF 7-8 GHz • 01 UNIDADE INTERNA (IDU) COM 02 (DOIS) MODULADORES • 01 KIT ACOPLADOR 7-8 GHz • 01 KIT TWIST GUIDE 7-8 GHz • 02 CHAVES DE ATUAÇÃO PARA RFU • 02 CHAVES DE 200 MBPS PARA IDU • 02 CHAVES HEADER DE-UP PARA RFU <p>MATERIAIS DE INSTALAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04 PROTETORES DE SURTO PARA CABO TIPO N • 05 KITS DE ATERRAMENTO PARA CABO TIPO N • 02 CONECTORES TIPO N MACHO ANGULAR DE 90° • 01 KIT DE ABRAÇADEIRAS COM 50 PEÇAS • 01 KIT DE MATERIAIS DE INSTALAÇÃO • 02 SFP (TRANSCCEPTOR ÓTICO) PARA FIBRA ÓTICA <p>SERVIÇOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 CONFIGURAÇÃO E ATIVAÇÃO DE LICENÇAS (REMOTA)
	Composição de Materiais do Site B	<p>MATERIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 ANTENA 60CM DE ALTA PERFORMANCE • 02 UNIDADES RF 7-8 GHz • 01 UNIDADE INTERNA (IDU) COM 02 (DOIS) MODULADORES • 01 KIT ACOPLADOR 7-8 GHz • 01 KIT TWIST GUIDE 7-8 GHz • 02 CHAVES DE ATUAÇÃO PARA RFU • 02 CHAVES DE 200 MBPS PARA IDU • 02 CHAVES HEADER DE-UP PARA RFU <p>MATERIAIS DE INSTALAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04 PROTETORES DE SURTO PARA CABO TIPO N • 05 KITS DE ATERRAMENTO PARA CABO TIPO N • 02 CONECTORES TIPO N MACHO ANGULAR DE 90° • 01 KIT DE ABRAÇADEIRAS COM 50 PEÇAS • 01 KIT DE MATERIAIS DE INSTALAÇÃO • 02 SFP (TRANSCCEPTOR ÓTICO) PARA FIBRA ÓTICA <p>SERVIÇOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 CONFIGURAÇÃO E ATIVAÇÃO DE LICENÇAS (REMOTA)
	Serviço de viabilidade técnica	Deverá conter estudo de viabilidade de frequência e interferência + cadastro e licenciamento na Anatel.

	Validação	O fornecedor deverá homologar o equipamento junto a Engenharia da TV Cultura até 7 dias antes do processo de licitação.
	Homologação	O fornecedor deverá apresentar atestado de Capacidade Técnica juntamente com todos documentos necessários ao processo.
	Recurso instalado.	Memória flash para iniciação rápida igual ou inferior a 40 segundos.
<p>6. Serviços</p> <p>I. Garantia sobre equipamento de 1 ano.</p> <p>II. Os produtos fornecidos devem ser novos.</p> <p>III. Equipamentos devem fazer parte de produção atual do fabricante e com uma previsão média de continuidade no mercado.</p> <p>IV. DISPONIBILIDADE DE SLA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suporte local em português. • Assistência 24x7 via telefone. • Manutenção remota e diagnostica. <p>Manutenção de Releases e updates</p>		

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo da contratação se dará até 90 dias contados do envio da autorização de fornecimento , emitido pelo Setor de Compras da contratante.

1.4 Será analisado ,atestado a sua funcionalidade pelo setor de requisitante.

1.5 Aprovação e aceitação formal das partes interessadas para a conclusão e aceitação da manutenção do equipamento.

1.6 A empresa deve fornecer os serviços com as especificações técnicas atualizadas e com garantia.

1.7 Caso o produto não funcione, a empresa responsável deverá iniciar o procedimento de troca em até 48 horas, após o aviso do problema.

1.8 Caso o produto fornecido não atenda a devida demanda , A fundação Padre Anchieta irá solicitar a devolução de acordo com as diretrizes vigente no país.

1.9 Deverá possuir certificação de treinamento para realização de manutenção no equipamento da própria fabricante.

2. Fundamentação da contratação

2 - FUNDAMENTAÇÃO TECNICA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A compra dos equipamentos para estrutura de broadcast é essencial para garantir que a organização mantenha os conteúdos de qualidade superior e esteja preparada para atender às novas exigências tecnológicas e regulatórias. Esses investimentos não apenas melhoram a qualidade e a eficiência da transmissão, mas também oferecem novas oportunidades de crescimento e sustentabilidade a longo prazo.

3. Descrição da solução

3 - DESCRIÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Trata-se da aquisição relacionado aos equipamentos para otimizar e atualizar a estrutura de distribuição do sinal relacionando ao projeto da transmissão.

4. Requisitos da contratação

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa contratada deve fornecer o objeto descrito no ITEM 1, com as configurações e características descritas nesta TR.

4.2. A empresa contratada deve realizar ou se comprometer a entrega do equipamentos na sede da TV Cultura localizada no logradouro : Rua Cenno Sbrighi, 378 - Água Branca - CEP 05036-900 - São Paulo ou ao local do evento previamente combinando com a área da engenharia.

5. Modelo de execução do objeto

5 - IMPLANTAÇÃO DO OBJETO

5.1. A empresa deverá entregar os equipamentos e materiais em pleno funcionamento com o aceite técnico do requisitante mediante a validação técnica de aptidão do equipamentos e/ou vistoria previa dos equipamento após autorização de fornecimento realizado pelo setor de compras

5.2. A solicitação de entrega será feita pelo Setor de Compras, através da emissão do Pedido de Compra /Fornecimento, acompanhado ou não, por ofício devidamente assinado pela Diretoria da área requisitante. Toda entrega deverá ser feita somente mediante solicitação da Contratante, sob pena de devolução da mercadoria entregue.

5.3 Após a assinatura do contrato com o fornecedor , os equipamentos deverão ser entregues em remessa única na Rua: Cenno Sbrighi, 378 - Água Branca - São Paulo/SP, conforme item 7.9 do recebimento do objeto .

5.4 Em casos de serviço e configuração o aceite total do projeto ou equipamento esta diretamente relacionado ao comissionamento. Para pagamentos de serviços realizados de maneira a parte, este estará relacionado a sinalização da área.

5.5 O suporte para este serviço deverá ser realizado mediante ao acordado e baseado no tipo de serviço.

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 - GESTÃO DO CONTRATO

Não haverá necessidade de gestão de contrato para esta aquisição.

7. Critérios de medição e pagamento

7 - RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto será recebido provisoriamente em até 15 dias úteis, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

7.2. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento..

7.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.4. Recebimento definitivo. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de xx dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9 Os equipamentos deverão ser entregue na Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, localizado na Rua Cenno Sbrighi, nº 378 – Água Branca – São Paulo/SP – Brasil - CEP : 05036-900

- LIQUIDAÇÃO

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da autorização de fornecimento é do órgão contratante.
- d) dados bancários para liquidação;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADIN ESTADUAL SP ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, Deverá ser verificado o SICAF, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. A área administrativa deverá realizar consulta ao CADIN ESTADUAL SP para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao CADIN ESTADUAL SP, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao CADIN ESTADUAL SP.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.19. O pagamento é efetuado se o produto adquiridos, estiver com o recebimento entre 1 até 15 de cada mês, pagamento no dia 08 do mês subsequente.

E produto recebidos entre os dias 16 até 31 de cada mês o pagamento no dia 23 do mês subsequente.

FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, com o número do banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica,

8.20 A comprovação de aptidão deverá ser feita mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado e com assinatura do emitente, atestando que a licitante ou o exportador forneceu equipamentos voltados para aplicações no ramo de televisão /broadcast TV, seja no mercado nacional ou internacional, alinhados com atualizações ou versões recentes de qualidade e desempenho equivalentes e aderentes ao objeto da presente licitação. O atestado deverá conter a descrição dos equipamentos fornecidos, ficando a critério da Fundação Padre Anchieta o direito de solicitar cópia do contrato relacionado a esse documento. No caso de empresa brasileira representante de empresa estrangeira, poderá ser apresentado Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da empresa brasileira ou da empresa estrangeira.

8.21 A proposta deverá conter a descrição do item, com todas as suas características e especificações, bem como a indicação do país de fabricação, da marca, do modelo e da referência, os quais deverão atender às características mínimas exigidas pela Fundação Padre Anchieta, conforme estabelecido no Memorial Descritivo que segue como Anexo I deste Edital.

8.22 Deverão ser apresentadas documentações técnicas completas, em cópias físicas ou digitais, tais como manuais (de operação e treinamento), catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição ou informações do objeto cotado, incluindo fotos, especificações técnicas, marca e modelo do equipamento. Esses documentos comprovarão que o equipamento ofertado efetivamente existe no mercado e atende às especificações técnicas mínimas exigidas pela Fundação Padre Anchieta. As documentações devem estar em inglês ou português.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

9 - FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10. Adequação orçamentária

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO ALBERTO ALVES SANTOS

Engenheiro Pleno

JOSE MARIA MARTINS

Coordenador Técnico



Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 14:42:35.